FOLHA DE S.PAULO

ANC

Lobistas fazem reunião à espera dos negociadores

BOB FERNANDES
Da Sucursal de Brasília

A tensa reunião que antecedeu a votação do capítulo 1º da Ordem Econômica transformou a ante-sala da liderança do PMDB na Constituinte num mercado persa. As posições divergentes dentro da sala do senador Mário Covas estavam representadas por lobbies à sua porta. Do empresário Olavo Monteiro de Carvalho, do grupo Monteiro Aranha, a garimpeiros, todos interessados aguardaram, com fome, o parto do acordo.

"Eu não aguento mais de fome, é duro isso. Acho que a gente devia fundar o Sindicato dos Lobbistas", sugeriu, às 14h30 o presidente da Coordenação Nacional dos Geólogos, Wanderlino de Carvalho, nacionalista, ao secretário-executivo do Instituto Brasileiro de Mineração, Mendo Mizael, favorável a uma "abertura" ao capital internacional na mineração.

A votação, na véspera, "assustou", disse o empresário Olavo Monteiro de Carvalho. Assustou mesmo. Na reunião de avaliação, pela manhã, na IBM em Brasília, foram citados nominalmente parlamentares que "decepcionaram". Milton Reis (PMDB-MG) e Manoel Castro (PFL-BA) foram dois deles. Castro, informado, reagiu: "Eu voto de acordo com minha consciência. Abstive-me porque a reforma urbana do Centrão não me agrada."

A derrota do Centrão, na véspera, agradou o senador Mário Covas (PMDB-SP) que comemorou com um discreto jantar numa mesa de fundo no restaurante Piantella. Presentes os deputados Mauro Campos (desligado do PMDB-MG), Newton Friedrich (PMDB-PR), Antonio Perosa (PMDB-SP), Haroldo Sabóia (PMDB-AL) e Miro Teixeira (PMDB-RJ).

Miro, em meio a um picadinho, dizia: "Derrotado o hotel Carlton, temos que ganhar do hotel Aracoara". Covas apenas ouviu. No hotel Carlton, centro da cidade, desde dezembro estacionam os lobbies dos empresários. No Aracoara já estão hospedados mais de 150 integrantes da UDR, que ontem já tinha 800 representantes na capital e que anuncia 2.300 para terça-feira, quando deverá ser votada a reforma agrária.

O Aracoara pertence ao fazendeiro Vaine Farias, considerado o "rei do gir", pelo tamanho de sua criação de gado gir em Pirapora (MG). Neste hotel, há um ano, reside Fabio Saboya, encarregado do lobbie da UDR na Constituinte e lá se hospeda Ronaldo Caiado. Na madrugada de ontem, no restaurante Florentino, em meio ao aniversário de Saboya, um dos líderes do Centrão, Ricardo Fiuza (PFL-PE), puxou o coro: "Reacionário unido jamais será vencido."

No restaurante, que já se tornou uma espécie de gueto de Centrão, numa movimentada mesa discutiam o consultor-geral, Saulo Ramos, o secretário-particular da Presidência, Jorge Murad, e os deputados Luis Eduardo Magalhães (PFL-BA) e Gastone Righi (PTB-SP). Saulo referiu-se aos que defendem o conceito de empresa puramente nacionais como "imbecis".

Luis Eduardo, mais ponderado, dizia: "Eles querem engessar a economia." O mesmo repetiu, no início da tarde de ontem, Olavo Monteiro de Carvalho. Como na hora das definições qualquer argumento vale, o mesmo afirmou Edson Martins Areias, do Sindicato Nacional dos Oficiais de Máquinas da Marinha Mercante. Ele tem posição oposta à de Olavo Monteiro ao defender 50% do transporte marítimo para empresas nacionais.

Mas, em nome do lobby, vale tudo: "Você é o Olavo, não é? Você já tem uma grande vantagem, é vascaino como eu." A frase, em tom de uma grande intimidade que não existe, foi de Edson Areias para Olavo. Este, observou: "É fascinante a democracia. Está todo mundo aqui um tentando jantar o outro mas levando na boa."

A briga foi dura. Em frente ao gabinete da liderança, o lobby dos transportadores revendedores e retalhistas, que quer uma fatia maior na distribuição de derivados de petróleo, trocava duros olhares com os donos dos postos de gasolina, que querem manter tudo como está.

"É uma sala de parto. Ninguém sabe o que vai nascer e quem vai ser o pai da criança." A frase do advogado José Campelho, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), resumiu o clima nos instantes que antecederam a votação na Ordem Econômica. Depois de 15 meses de trabalhos, quando todos os segmentos e partidos já haviam cantado vitória, chegou-se à conclusão de que nada andaria sem a conversa e o acordo.

Luciano Coutinho, secretário-geral do Ministério da Ciência e Tecnologia, estava lá, como estavam a Shell, Esso, British Petroleum, Movimento Brasil-Informática, Sociedade Brasileira de Geologia, todos brigando a cada linha, cada palavra. A expressão "residente", a ser acrescida ou não no conceito de empresa nacional, arrastou-se, levando à impaciência o líder Mário Covas. Do lado de fora, todos ficaram sabendo.

A cada movimento dentro da sala, iam e vinham bilhetes e recados. Um deles veio através do deputado Gabriel Guerreiro (PMDB-PA), único geólogo do Congresso constituinte. Guerreiro acercou-se de empresários mineradores, geólogos, nacionalistas e internacionalistas dizendo: "Tá difícil."

Guerreiro explicou que haviam resistências. Citou, como exemplo, o deputado Ademir Andrade (PSB-PA): "Se depender dele, os garimpeiros invadem tudo, quebram tudo, tomam tudo." Com fome, depois de quatro horas de reunião, o empresário Olavo Monteiro mandou um bilhete ao deputado Ronaldo Cézar Coelho (PMDB-RJ) com quem combinara almoçar. O bilhete explicitava a fome.

Do outro lado da sala, Claudiano Carneiro da Cunha, ex-British Petroleum, no momento associado a Monteiro Aranha na exploração de ouro em Mato Grosso, observava: "A definição no minério é fundamental para nós. Estamos associados no Mato Grosso, estamos, sem o Olavo, ainda à procura de sócios, investindo US$ 250 milhões em um complexo mínero-metalúrgico em Fortaleza de MInas. Se barrarem o capital estrangeiro, complica."

Olavo Monteiro de Carvalho, falando sobre a associação em Mato Grosso, transformada em Mineração Santa Marta com 48% da British e 52% da Monteiro Aranha-Roberto Marinho (presidente das Organizações Globo) dizia: "Se fecharem para o capital externo vamos ter menos recursos, diminuiremos os investimentos, vamos ter que reinventar a roda."

Ao lado dele, "trabalhando" pelos mesmos objetivos "internacionalizantes" estava o coronel Sérgio Pasquali, ex-secretário geral do Ministério da Educação nos períodos Rubem Ludwig e Ester Figueiredo Ferraz (governo Figueiredo). "Estou com o Olavo", informava o coronel. Olavo, às 14h40, rendeu-se. Enquanto o ex-ministro Francisco Dornelles (PFL-RJ) suarento, deixava a sala sem paletó e com suspensórios à mostra, Olavo declarava: "Vou almoçar, estou com fome."

No Florentino, no Piantella e no hotel Carlton almoçaram representantes da UDR, da CNI e das empresas mineradoras. Às 15h30, quando o Florentino se esvaziava, empresários presenciaram os protestos violentos e o choro do engraxate Aldemir Santos do Nascimento, 13. Enquanto ele lustrava os sapatos de um empresário, alguém comeu seu pastel e tomou seu guaraná.

Luis Marques

Olavo Monteiro de Carvalho, diretor-presidente da Monteiro Aranha S/A

"Agora quem manda é o Congresso", afirma empresário no corredor

Da Sucursal de Brasília

Olavo Monteiro de Carvalho, 46, aguardando o final da reunião no corredor, misturado a lobbistas de variados matizes explicava o porquê da sua presença na Constituinte: "Agora, quem manda, quem decide, é o Congresso. Temos que conhecer os personagens e o cenário do poder. Meus investimentos e os de todo empresariado aguardam e dependem do que for decidido aqui."

Diretor-presidente da Monteiro Aranha S/A, uma holding com participação de diversos setores da economia, entre eles a Wolkswagem —20% das ações e na área de mineração— Olavo Monteiro dizia: "É fascinante este jogo. Você vê as coias acontecendo, se resolvendo."

Presidente do Conselho da Associação Brasileira dos Mineradores de Ouro, Olavo ouviu do Presidente da Diretoria desta Associação, Antonio Dias Leite: "Este Covas é gênio. Na máquina dele estão batendo, lá no gabinete, a nossa emenda." Olavo respondeu: "Este é craque. Batem a nossa emenda e uma emenda contrária na mesma máquina."

O empresário afirmou que está ficando "muito detalhista" a Constituição. "Nesta questão econômica bastava definir o papel do Estado", diz, numa posição semelhante ao do governador de Pernambuco, Miguel Arraes. "Bastava proteger os setores emergentes, o resto ficava por conta do mercado", opina. Olavo, "perdendo ou ganhado", gostou do que viu em Brasília e no Congresso: "Isto é democracia."

Orestes Quércia, governador de São Paulo: "O Brasil tem tradição de 25 anos na defesa do capital nacional, mas deve também possibilitar a entrada de investimentos estrangeiros." Segundo Quércia, as duas posições não são excludentes e o texto constitucional deve encontrar uma fórmula para implementá-las.

Wolfgang Sauer, presidente da Autolatina: "Discriminações não levam a nada e não resolverão o problema econômico do país. Não considero que deva haver tratamento diferenciado entre as empresas, que devem estar todas sujeitas às leis. A promoção da empresa nacional deveria ser feita através de créditos especiais e de financiamentos para investimentos. Apenas um desejo expresso em lei não é suficiente para promover o desenvolvimento de qualquer empresa."

Aureliano Chaves, ministro das Minas e Energia: "Não devemos fechar as portas para o capital estrangeiro mas é preciso estabelecer normas para que este capital venha com a finalidade de contribuir e não de sentar em cima das reservas minerais. Não devemos extremar as coisas. É preciso manter o meio termo nestas questões econômicas."

Erramos

No quadro publicado na edição de ontem da **Folha** *à pág. A-6, com o resultado da votação do dia 26 do Congresso constituinte sobre a proposta do Centrão para o capítulo I do título VII ("Da Ordem Econômica e Financeira") os números de votos "sim" e "não" saíram invertidos: a emenda do Centrão teve apenas 210 votos a favor, contra 279. A relação apresentada com os nomes e votos de cada parlamentar está correta. De acordo com o regimento interno da Constituinte, a mesma proposta foi novamente votada ontem.*

O que foi aprovado

Título VII
Da Ordem Econômica e Financeira
Capítulo I
Dos Princípios Gerais, da Intervenção do Estado, do Regime de Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica

Art. 199 — A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:
I — soberania nacional;
II — propriedade privada;
III — função social da propriedade;
IV — livre concorrência;
V — defesa do consumidor;
VI — defesa do meio ambiente;
VII — redução das desigualdades regionais e sociais;
VIII — busca do pleno emprego;
IX — tratamento favorecido para as empresas brasileiras de capital nacional de pequeno porte.
Parágrafo Único — É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.
Art. 200 — Será considerada empresa brasileira aquela constituída sob as leis brasileiras e que tenha no País sua sede e administração.
Parágrafo 1º — Empresa brasileira de capital nacional é aquela cujo controle efetivo esteja em caráter permanente sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas e residentes no País ou de entidades de direito público interno. Entende-se por controle efetivo da empresa, para fins deste parágrafo, a titularidade da maioria de seu capital votante e o exercício, de fato e de direito, do poder decisório para gerir suas atividades.
Parágrafo 2º — A empresa brasileira de capital nacional poderá gozar, na forma da lei, de proteção e benefícios especiais temporários para desenvolver atividades por esta consideradas estratégicas para a defesa nacional ou imprescindíveis ao desenvolvimento do País.
Parágrafo 3º — A lei prevista no parágrafo anterior, que considerar um setor imperscindível para o desenvolvimento tecnológico nacional, poderá ainda com relação à empresa brasileira de capital nacional, entre outras condições e requisitos:
a) exigir que o controle referido no parágrafo primeiro se estenda às atividades tecnológicas da empresa, assim entendido o exercício, de fato e de direito, do poder decisório para desenvolver ou absover tecnologia, na forma por ela estabelecida; e
b) determinar percentuais de participação no capital das pessoas físicas domiciliadas e residentes no País ou entidades de direito público interno.
Parágrafo 4º — Na aquisição de bens e serviços, o Poder Público dará tratamento preferencial à empresa nacional.
Art. 201 — A lei disciplinará, com base no interesse nacional, os investimentos de capital estrangeiro, incentivará os reinvestimentos e regulará remessas de lucro.
Art. 202 — Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta pelo Estado de atividade econômica só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesses coletivo, conforme definido em lei.
Parágrafo 1º — Somente por lei específica, a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Município criarão empresa pública, sociedade de economia mista, autarquia ou fundação pública. A empresa pública, a sociedade de economia mista e outras entidades que explorem atividade econômica sujeitam-se ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto às obrigações trabalhistas e tributárias. Depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias dessas entidades, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada.
Parágrafo 2º — As empresas públicas e as sociedades de economia mista não poderão gozar de privilégios fiscais não-extensivos a do setor privado.
Parágrafo 3º — A lei regulamentará as relações da empresa pública com o Estado e a sociedade.
Parágrafo 4º — A lei reprimirá o abuso do poder econômico que vise a dominação dos mercados, a eliminação da concorrência e o aumento arbitrário dos lucros.
Parágrafo 5º — A lei, sem prejuízo da responsabilidade individual dos dirigentes da pessoa jurídica, estabelecerá a responsabilidade desta, sujeitando-a às punições compatíveis com a sua natureza, nos atos praticados contra a ordem econômica e financeira e a economia popular.
Art. 203 — Como agente normativo e regulador da atividade econômica, Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.
Parágrafo 1º — A lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo.
Parágrafo 2º — Ressalvados os casos especificados na legislação as obras, serviços, compras e alienação da administração pública direta e indireta, nos três níveis de governo, serão contratados mediante processo de licitação que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam as obrigações de pagamento mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, a qual somente permitirá as exigências de qualificações técnicas e econômicas indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Derzi manobra para tirar Chiarelli

ROBERTO LOPES
Enviado especial a Brasília

O líder do governo no Senado, Saldanha Derzi (PMDB-MS) vai examinar com o presidente José Sarney na próxima segunda-feira, o contratempo que enfrentou ontem pela manhã, durante uma sessão ordinária, ao encaminhar a lista de seus vice-líderes, apresentados como vice-líderes da maioria. O encaminhamento foi contestado pelo senador Itamar Franco (sem partido-MG), e o caso será, agora, apreciado pela Mesa do Senado.

Itamar argumentou que o encaminhamento feito por Derzi está fora do Regimento Interno do Senado, e foi aparteado pelo senador Marcondes Gadelha (PFL-PB), que mostrou que a figura da "maioria" consta do artigo 64 do Regimento. "O que eles quiseram fazer foi uma destituição do Saldanha Derzi da liderança", disse. E acrescentou que noticia-se que " nós estamos querendo destituir o Chiasrelli (senador gaúcho Carlos Chiarelli) da liderança do PFL no Senado, pois bem, hoje, quem efetivou essa violência foram eles."

Na verdade, a contestação à lista de vice-líderes de Saldanha Derzi não teria muita importância, se nela não estivesse embutida a manobra para derrubar o senador Chiarelli —relator da CPI da Corrupção— da liderança do PFL. É que o senador paraense João Menezes só aderiu à articulação para destituir Chiarelli se lhe fosse dada a 1ª vice-liderança da Maioria —sem ela, os senadores pefelistas que querem a destituição de seu colega gaúcho temem que Menezes recue.

O encaminhamento feito ontem pelo senador Saldanha Derzi era arriscado, e ele sabia disso. Há cerca de dois meses, Derzi foi convidado por Sarney para ser o líder do governo no Senado —mas como esse cargo não figura no Regimento do Senado, ele decidiu adotar o título de líder da maioria. Na verdade, os líderes do PMDB, senador Fernando Henrique Cardoso (SP), e do PFL, Carlos Chiarelli, nunca reclamaram do convite de Sarney ao senador do Mato Grosso do Sul. Ontem, contudo, os dois apoiaram a contestação de Itamar Franco.

Ontem continuou repercutindo no governo a fracassada tentativa do Centrão de fazer aprovar o seu substitutivo para o capítulo da Ordem Econômica da Constituinte, sem qualquer tipo de concessão a setores mais à esquerda do Congresso. O ministro da Habitação, Prisco Viana —um dos principais articuladores políticos do governo— disse a amigos que "faltou organização ao Centrão" para aprovar o seu projeto. A **Folha** *apurou que a assessoria técnica do líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, tinha aferido uma vitória para o substitutivo do Centrão por 305 votos —95 a menos que ele recebeu na primeira votação, anteontem.*

COMO VOTARAM OS CONSTITUINTES

Emenda que define empresa nacional

499 SIM

Acival Gomes (PMDB-SE), Adauto Pereira (PDS-PB), Ademir Andrade (PSB-PA), Adolfo Oliveira (PL-RJ), Adylson Motta (PDS-RS), Aécio de Borba (PDS-CE), Aécio Neves (PMDB-MG), Afif Domingos (PL-SP), Afonso Arinos (PFL-RJ), Agassiz Almeida (PMDB-PB), Agripino de Oliveira Lima (PFL-SP), Airton Cordeiro (PDT-PR), Airton Sandoval (PMDB-SP), Alarico Abib (PMDB-PR), Albano Franco (PMDB-SE), Albérico Cordeiro (PFL-AL), Albérico Filho (PMDB-MA), Alceni Guerra (PFL-PR), Aldo Arantes (PC do B-GO), Alércio Dias (PFL-AC), Alexandre Costa (PFL-MA), Alexandre Puzyna (PMDB-SC), Alfredo Campos (PMDB-MG), Almir Gabriel (PMDB-PA), Aloisio Vasconcelos (PMDB-MG), Aloysio Chaves (PFL-PA), Aloysio Teixeira (PMDB-RJ), Aluizio Bezerra (PMDB-AC), Aluízio Campos (PMDB-PB), Álvaro Antônio (PMDB-MG), Álvaro Pacheco (PFL-PI), Álvaro Valle (PL-RJ), Alysson Paulinelli (PFL-MG), Amaral Netto (PDS-RJ), Amaury Muller (PDT-RS), Amílcar Moreira (PMDB-PA), Ângelo Magalhães (PFL-BA), Anna Maria Rattes (PMDB-RJ), Annibal Barcellos (PFL-AP), Antero de Barros (PMDB-MT), Antônio Britto (PMDB-RS), Antônio Câmara (PMDB-RN), Antônio Carlos Franco (PMDB-SE), Antônio Carlos Kondar Reis (PDS-SC), Antonio Carlos Mendes Thame (PFL-SP), Antônio de Jesus (PMDB-GO), Antonio Ferreira (PFL-AL), Antonio Gaspar (PMDB-MA), Antonio Mariz (PMDB-PB), Antonio Salim Curiati (PDS-SP), Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), Arnaldo Martins (PMDB-RO), Arnaldo Moraes (PMDB-PA), Arnaldo Prieto (PFL-RS), Arnold Fioravante (PDS-SP), Aroldo de Oliveira (PFL-RJ), Artenir Werner (PDS-SC), Artur da Távola (PMDB-RJ), Asdrubal Bentes (PMDB-PA), Átila Lira (PFL-PI), Augusto Carvalho (PCB-DF), Áureo Mello (PMDB-AM), Basílio Villani (PMDB-PR), Benedicto Monteiro (PTB-PA), Benedita da Silva (PT-RJ), Benito Gama (PFL-BA), Bernardo Cabral (PMDB-AM), Beth Azize (PSB-AM), Bezerra de Melo (PMDB-CE), Bocayuva Cunha (PDT-RJ), Bonifácio de Andrada (PDS-MG), Bosco França (PMDB-SE), Caio Pompeu (PMDB-SP), Cardoso Alves (PMDB-SP), Carlos Alberto (PTB-RN), Carlos Alberto Caó (PDT-RJ), Carlos Benevides (PMDB-CE), Carlos Cardinal (PDT-RS), Carlos Chiarelli (PFL-RS), Carlos Cotta (sem partido-MG), Carlos de' Carli (PMDB-AM), Carlos Mosconi (sem partido-MG), Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), Cássio Cunha Lima (PMDB-PB), Célio de Castro (sem partido-MG), Celso Dourado (PMDB-BA), César Cals Neto (PDS-CE), Cesar Maia (PDT-RJ), Chagas Duarte (PFL-RR), Chagas Rodrigues (PMDB-PI), Chico Humberto (PDT-MG), Christóvam Chiaradia (PFL-MG), Cid Sabóia de Carvalho (PMDB-CE), Cláudio Ávila (PFL-SC), Cleonâncio Fonseca (PFL-SE), Costa Ferreira (PFL-MA), Cunha Bueno (PDS-SP), Dalton Canabrava (PMDB-MG), Darcy Deitos (PMDB-PR), Darcy Pozza (PDS-RS), Dasso Coimbra (PMDB-RJ), Davi Alves Silva (PDS-MA), Delfim Netto (PDS-SP), Délio Braz (PMDB-GO), Denisar Arneiro (PMDB-RJ), Dionísio Dal Prá (PFL-PR), Dionísio Hage (PFL-PA), Dirce Tutu Quadros (PTB-SP), Dirceu Carneiro (PMDB-SC), Divaldo Surugy (PFL-AL), Djenal Gonçalves (PMDB-SE), Domingos Leonelli (PMDB-BA), Doreto Camponari (PMDB-SP), Edésio Frias (PDT-RJ), Edison Lobão (PFL-MA), Edivaldo Motta (PMDB-PB), Edme Tavares (PFL-PB), Edmilson Valentim (PC do B-RJ), Eduardo Bonfim (PC do B-AL), Eduardo Jorge (PT-SP), Eduardo Moreira (PMDB-SC), Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), Elias Murad (PTB-MG), Eliel Rodrigues (PMDB-PA), Enoc Vieira (PFL-MA), Eraldo Tinoco (PFL-BA), Eraldo Trindade (PFL-AP), Erico Pegoraro (PFL-RS), Ervin Bonkoski (sem partido-PR), Euclides Scalco (PMDB-PR), Eunice Michiles (PFL-AM), Evaldo Gonçalves (PFL-PB), Expedito Machado (PMDB-CE), Ézio Ferreira (PFL-AM), Fábio Feldmann (PMDB-SP), Fábio Raunheitti (PTB-RJ), Farabulini Júnior (PTB-SP), Fausto Fernandes (PMDB-PA), Fausto Rocha (PFL-SP), Felipe Cheidde (PMDB-SP), Felipe Mendes (PDS-PI), Feres Nader (PDT-RJ), Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE), Fernando Cunha (PMDB-GO), Fernando Gasparian (PMDB-SP), Fernando Gomes (PMDB-BA), Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), Fernando Lyra (sem partido-PE), Fernando Santana (PCB-BA), Fernando Velasco (PMDB-PA), Firmo de Castro (PMDB-CE), Flavio Palmier da Veiga (PMDB-RJ), Florestan Fernandes (PT-SP), Floriceno Paixão (PDT-RS), Francisco Amaral (PMDB-SP), Francisco Benjamim (PFL-BA), Francisco Carneiro (PMDB-DF), Francisco Diógenes (PDS-AC), Francisco Dornelles (PFL-RJ), Francisco Kuster (PMDB-SC), Francisco Pinto (PMDB-BA), Francisco Rollemberg (PMDB-SE), Francisco Rossi (PTB-SP), Francisco Sales (PMDB-RO), Furtado Leite (PFL-CE), Gabriel Guerreiro (PMDB-PA), Gandi Jamil (PFL-MS), Gastone Righi (PTB-SP), Genebaldo Correia (PMDB-BA), Genésio Bernardino (PMDB-MG), Geovah Amorante (PMDB-SC), Geovani Borges (PFL-AP), Geraldo Alckmin Filho (PMDB-SP), Geraldo Bulhões (PMDB-AL), Geraldo Campos (PMDB-DF), Geraldo Fleming (PMDB-AC), Gerson Camata (PMDB-ES), Gerson Marcondes (PMDB-SP), Gerson Peres (PDS-PA), Gidel Dantas (PMDB-CE), Gil César (PMDB-MG), Gonzaga Patriota (PMDB-PE), Guilherme Palmeira (PFL-AL), Gumercindo Milhomem (PT-SP), Gustavo de Faria (PMDB-RJ), Harlan Gadelha (PMDB-PE), Haroldo Lima (PC do B-BA), Haroldo Sabóia (PMDB-MA), Hélio Costa (PMDB-MG), Hélio Duque (PMDB-PR), Hélio Manhães (PMDB-ES), Hélio Rosas (PMDB-SP), Henrique Córdova (PDS-SC), Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), Heráclito Fortes (PMDB-PI), Hilário Braun (PMDB-RS), Homero Santos (PFL-MG), Humberto Lucena (PMDB-PB), Humberto Souto (PFL-MG), Ibarê Ferreira (PFL-RN), Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), Inocêncio Oliveira (PFL-PE), Irajá Rodrigues (PMDB-RS), Irom Saraiva (PMDB-GO), Irapuan Costa Júnior (PMDB-GO), Irma Passoni (PT-SP), Ismael Wanderley (PMDB-RN), Itamar Franco (sem partido-MG), Ivo Cersósimo (PMDB-MS), Ivo Lech (PMDB-RS), Ivo Mainard (PMDB-RS), Ivo Vanderlinde (PMDB-SC), Jacy Scanagatta (PFL-PR), Jairo Azi (PFL-BA), Jairo Carneiro (PFL-BA), Jalles Fontoura (PFL-GO), Jamil Haddad (PSB-RJ), Jarbas Passarinho (PDS-PA), Jayme Paliarin (PTB-SP), Jayme Santana (PFL-MA), Jesualdo Cavalcanti (PFL-RJ), Jesus Tajra (PFL-PI), Joaci Góes (PMDB-BA), João Agripino (PMDB-PB), João Alves (PFL-BA), João Calmon (PMDB-ES), João Carlos Bacelar (PMDB-BA), João Castelo (PDS-MA), João de Deus Antunes (PDT-RS), João Machado Rollemberg (PFL-SE), João Menezes (PFL-PA), João Natal (PMDB-GO), João Paulo (PT-MG), João Rezek (PMDB-SP), Joaquim Bevilácqua (PTB-SP), Joaquim Francisco (PFL-PE), Joaquim Haickel (PMDB-MA), Joaquim Sucena (PTB-MT), Jofran Frejat (PFL-DF), Jonas Pinheiro (PFL-MT), Jonival Lucas (PFL-BA), Jorge Arbage (PDS-PA), Jorge Bornhausen (PFL-SC), Jorge Hage (PMDB-BA), Jorge Medauar (PMDB-BA), Jorge Uequed (PMDB-RS), Jorge Vianna (PMDB-BA), José Agripino (PFL-RN), José Camargo (PFL-SP), José Carlos Coutinho (PL-RJ), José Carlos Grecco (PMDB-SP), José Carlos Martinez (PMDB-PR), José Carlos Sabóia (PSB-MA), José Costa (sem partido-AL), José da Conceição (PMDB-MG), José Dutra (PMDB-AM), José Egreja (PTB-SP), José Elias (PTB-MS), José Fernandes (PDT-AM), José Fogaça (PMDB-RS), José Freire (PMDB-GO), José Genoino (PT-SP), José Geraldo (PMDB-MG), José Guedes (PMDB-RO), José Ignácio Ferreira (PMDB-ES), José Jorge (PFL-PE), José Lima (PFL-CE), José Luiz de Sá (PL-RJ), José Luiz Maia (PDS-PI), José Maranhão (PMDB-PB), José Maria Eymael (PDC-SP), José Maurício (PDT-RJ), José Melo (PMDB-AC), José Mendonça Bezerra (PFL-PE), José Moura (PFL-PE), José Paulo Bisol (PMDB-RS), José Queiroz (PFL-SE), José Richa (PMDB-PR), José Santana de Vasconcellos (PFL-MG), José Serra (PMDB-SP), José Tavares (PMDB-PR), José Teixeira (PFL-MA), José Thomaz Nonô (PFL-AL), José Ulisses de Oliveira (PMDB-MG), José Viana (PMDB-RO), Jovanni Masini (PMDB-PR), Júlio Campos (PFL-MT), Júlio Costamilan (PMDB-RS), Jutahy Magalhães (PMDB-BA), Koyu Iha (PMDB-SP), Lael Varella (PFL-MG), Lavoisier Maia (PDS-RN), Leite Chaves (PMDB-PR), Leopoldo Peres (PMDB-AM), Lesr Lomanto (PFL-BA), Levy Dias (PFL-MS), Lézio Sathler (PMDB-ES), Lidice da Mata (PC do B-BA), Louremberg Nunes Rocha (PTB-MT), Lourival Baptista (PFL-SE), Lúcia Braga (PFL-PB), Lúcia Vânia (PMDB-GO), Lúcio Alcântara (PFL-CE), Luis Roberto Ponte (PMDB-RS), Luiz Alberto Rodrigues (PMDB-MG), Luiz Freire (PMDB-PE), Luiz Gushiken (PT-SP), Luiz Inacio Lula da Silva (PT-SP), Luiz Leal (PMDB-MG), Luiz Marques (PFL-CE), Luiz Salomão (PDT-RJ), Luiz Sayer (PMDB-GO), Luiz Viana (PMDB-BA), Luiz Viana Neto (PMDB-BA), Magutto Vilela (PMDB-GO), Maluly Neto (PFL-SP), Manoel Castro (PFL-BA), Manoel Moreira (PMDB-SP), Manoel Ribeiro (PMDB-PA), Mansueto de Lavor (PMDB-PE), Manuel Viana (PMDB-CE), Marcelo Cordeiro (PMDB-BA), Márcio Kubitschek (PMDB-DF), Márcio Braga (PMDB-RJ), Márcio Lacerda (PMDB-MT), Marco Maciel (PFL-PE), Marcos Lima (PMDB-MG), Marcos Queiroz (PMDB-PE), Maria de Lourdes Abadia (PFL-DF), Maria Lúcia (PMDB-AC), Mário Assad (PFL-MG), Mário Covas (PMDB-SP), Mário de Oliveira (PMDB-MG), Mário Lima (PMDB-BA), Mário Maia (PDT-AC), Mariuce Pinto (PMDB-RR), Matheus Iensen (PMDB-PR), Mattos Leão (PMDB-PR), Maurício Correa (PDT-DF), Maurício Fruet (PMDB-PR), Maurício Nasser (PMDB-PR), Maurício Pádua (PMDB-MG), Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE), Mauro Benevides (PMDB-CE), Mauro Borges (PDC-GO), Mauro Campos (sem partido-MG), Mauro Miranda (PMDB-GO), Mauro Sampaio (PMDB-CE), Max Rosenmann (PMDB-PR), Meira Filho (PMDB-DF), Melo Freire (PMDB-MG), Mello Reis (PDS-MG), Mendes Botelho (PTB-SP), Mendes Canale (PMDB-MS), Mendes Ribeiro (PMDB-RS), Messias Góis (PFL-SE), Messias Soares (PTR-RJ), Michel Temer (PMDB-SP), Milton Barbosa (PMDB-BA), Milton Lima (PMDB-MG), Milton Reis (PMDB-MG), Miraldo Gomes (PMDB-BA), Miro Teixeira (PMDB-RJ), Moema São Thiago (PDT-CE), Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), Mussa Demes (PFL-PI), Nabor Júnior (PMDB-AC), Naphtali Alves de Souza (PMDB-GO), Narciso Mendes (PDS-AC), Nelson Carneiro (PMDB-RJ), Nelson Jobim (PMDB-RS), Nelson Sabrá (PFL-RJ), Nelson Seixas (PDT-SP), Nelson Wedekin (PMDB-SC), Nelton Friedrich (PMDB-PR), Nestor Duarte (PMDB-BA), Ney Maranhão, Nilso Sguarezzi (PMDB-PR), Nion Albernaz (PMDB-GO), Noel de Carvalho (PDT-RJ), Nyder Barbosa (PMDB-ES), Odacir Soares (PFL-RO), Olavo Pires (PMDB-RO), Olivio Dutra (PT-RS), Onofre Corrêa (PMDB-MA), Orlando Bezerra (PFL-CE), Orlando Pacheco (PFL-SC), Oscar Corrêa (PFL-MG), Osmar Leitão (PFL-RJ), Osmir Lima (PMDB-AC), Osmundo Rebouças (PMDB-CE), Osvaldo Bender (PDS-RS), Osvaldo Coelho (PFL-PE), Osvaldo Macedo (PMDB-PR), Osvaldo Sobrinho (PTB-MT), Oswaldo Almeida (PL-RJ), Oswaldo Trevisan (PMDB-PR), Ottomar Pinto (PMDB-RR), Paes de Andrade (PMDB-CE), Paulo Delgado (PT-MG), Paulo Marques (PFL-PE), Paulo Paim (PT-RS), Paulo Pimentel (PFL-PR), Paulo Ramos (PMDB-RJ), Paulo Roberto (PMDB-PA), Paulo Roberto Cunha (PDC-GO), Paulo Silva (PMDB-PI), Paulo Zarzur (PMDB-SP), Pedro Canedo (PFL-GO), Pedro Ceolin (PFL-ES), Percival Muniz (PMDB-MT), Pimenta da Veiga (sem partido-MG), Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), Plínio Martins (PMDB-MS), Pompeu de Sousa (PMDB-DF), Rachid Saldanha Derzi (PMDB-MS), Raimundo Bezerra (PMDB-CE), Raimundo Lira (PMDB-PB), Raimundo Rezende (PMDB-MG), Raquel Cândido (PFL-RO), Raul Belém (PMDB-MG), Raul Ferraz (PMDB-BA), Renan Calheiros (PMDB-AL), Renato Bernardi (PMDB-PR), Renato Johnsson (PMDB-PR), Renato Vianna (PMDB-SC), Ricardo Fiuza (PFL-PE), Ricardo Izar (PFL-SP), Rita Camata (PMDB-ES), Roberto Augusto (PTB-RJ), Roberto Balestra (PDC-GO), Roberto Brandt (sem partido-MG), Roberto D'Ávila (PDT-RJ), Roberto Freire (PCB-PE), Roberto Jefferson (PTB-RJ), Roberto Rollemberg (PMDB-SP), Roberto Torres (PTB-AL), Roberto Vital (PMDB-MG), Rodrigues Palma (PTB-MT), Ronaldo Aragão (PMDB-RO), Ronaldo Carvalho (PMDB-MG), Ronaldo Cézar Coelho (PMDB-RJ), Ronan Tito (PMDB-MG), Ronaro Corrêa (PFL-MG), Rosa Prata (PMDB-MG), Rose de Freitas (PMDB-ES), Rospide Netto (PMDB-RS), Rubem Branquinho (PMDB-AC), Rubem Medina (PFL-RJ), Ruben Figueiró (PMDB-MS), Ruberval Pilotto (PDS-SC), Ruy Nedel (PMDB-RS), Sadie Hauache (PFL-AM), Salatiel Carvalho (PFL-PE), Samir Achôa (PMDB-SP), Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), Santinho Furtado (PMDB-PR), Sarney Filho (PFL-MA), Saulo Queiroz (PFL-MS), Sérgio Werneck (PMDB-MG), Severo Gomes (PMDB-SP), Sigmaringa Seixas (PMDB-DF), Sílvio Abreu (PMDB-MG), Simão Sessim (PFL-RJ), Siqueira Campos (PDC-GO), Sólon Borges dos Reis (PTB-SP), Stélio Dias (PFL-ES), Tadeu França (sem partido-PR), Telmo Kirst (PDS-RS), Teotônio Vilela Filho (PMDB-AL), Theodoro Mendes (PMDB-SP), Tito Costa (PMDB-SP), Ubiratan Aguiar (PMDB-CE), Ubiratan Spinelli (PDS-MT), Valmir Campelo (PFL-DF), Valter Pereira (PMDB-MS), Vasco Alves (sem partido-ES), Vicente Bogo (PMDB-RS), Victor Faccioni (PDS-RS), Victor Fontana (PFL-SC), Victor Trovão (PFL-MA), Vilson Souza (PMDB-SC), Vingt Rosado (PMDB-RN), Vinicius Cansanção (PFL-AL), Virgildásio de Senna (PMDB-BA), Virgílio Galassi (PDS-MG), Virgílio Guimarães (PT-MG), Vitor Bu